

AH! DEIXA OS CARA, PRA QUE FICAR ZOANDO ELES?¹

pg 126-136

Valéria de Cássia Silveira Schwuchow²

Resumo

Propomos neste artigo trazer mais um gesto de interpretação com base no entendimento de uma ortografia como um objeto simbólico significando para/por sujeitos quando falam e escrevem. Debates o tema, considerando a imposição de uma ortografia repercutindo em um efeito de dominação política que afeta os sujeitos no instante mesmo em que produz uma dominação ideológica de exclusão social. Sugerimos pensar uma (orto)grafia tomada como uma forma escrita que se estabelece na relação com a historicidade, isto é, em uma implicação do sujeito com o simbólico, sendo que, desse embate, constitui-se o sujeito e o funcionamento das línguas. A partir dessas premissas, vimo-nos diante da necessidade de compreender a noção de ortografia discursivizada em discursos sobre a língua. Para isso, compomos um arquivo do qual selecionamos o texto “Bases da Ortografia Portuguesa” (1885), no qual encontramos uma formulação para ortografia que a coloca frente a uma noção de língua inaugural para a memória de arquivo, estando essa relação – ortografia-língua – resgatada atualmente somente no eixo da constituição, do interdiscurso.

Palavras-chave: Ortografia; (Orto)grafia; Língua; Escrita; Sujeito

AH! LEAVE THE GUYS, WHAT ARE YOU FOOLING AROUND FOR?

Abstract

In this article, we propose bring one more gesture of interpretation based on the understanding of an orthography as a symbolic object signifying to/by subjects when they speak and write. We discuss the topic, considering the imposition of a orthography political reporting on an effect of political domination that affects the subjects on the right moment that produces an ideological domination of social exclusion. We suggest to think about an (ortho)graphy taken as a written form that settles itself on the relation with the historicity, it means, on an implication of the subject with the symbolic, so from this collision constitute themselves the subjects and the languages' functioning. We make up a archive and select it text “Bases da Ortografia Portuguesa” (1885). We find a formulation by orthography connected a language, on new formulation by memory of archive. Presently a formulation it is on the plan interdiscourse.

Keywords: (ortho)graphy; Orthography; Language; Writing; Subject

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no momento da defesa de mestrado realizada no dia 26 de fevereiro de 2018, pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo como orientadora da pesquisa a professora: Verli Petri e, por banca as professoras: Vanise Medeiros (UFF) e Viviane Brust (UFSM).

2 Doutora em Letras. Professora do Curso de letras e do MIHL- Mestrado Interdisciplinar em História e Letras- Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Email: maria.valdenia@uece.br

Por uma apresentação

Proponho expor um breve recorte da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado, retomando, de modo sucinto, a análise do documento: Bases da Ortografia Portuguesa (1885), dos portugueses Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu, traçando reflexões acerca de ortografia e de língua. Como um outro/novo gesto de interpretação a partir do estudo, estabeleço relações entre a pesquisa e o ensino em escola de educação básica, num movimento que traz para a contemporaneidade os efeitos de sentidos que o documento analisado produz.

A pesquisa teve como tema a ortografia, tomada como um objeto simbólico que significa para/por sujeitos nas produções orais e escritas. A investida no assunto partiu do desejo de saber como, pela imposição de uma ortografia, temos um efeito de dominação política repercutindo em uma dominação ideológica de exclusão social, isso porque a Língua escrita, ao ser instrumentalizada, passa a funcionar para o Estado como um mecanismo de controle. Além disso, recorre-se à ortografia para promulgar uma normatização para a Língua Portuguesa, fato que, a nosso ver, afeta os sujeitos, marginalizando-os, sobretudo, ao promover o imaginário de uma língua única, o que se amplia no instante em que a proposta de unidade ortográfica vigora em países nos quais a Língua Portuguesa é oficial. Frente a esse posicionamento, submetemo-nos à investigação de como se constrói o processo discursivo da formulação da noção de ortografia para, a partir disso, apurarmos como se processam seus efeitos de sentidos e seu funcionamento em relação aos sujeitos e às produções orais e escritas ao significarem por meio da (orto)grafia. Propomos, na escrita da pesquisa, pensar a produção de uma (orto)grafia, compreendendo que ela se estabelece em uma implicação com a historicidade, isto é, em uma ligação do sujeito com o simbólico, processo

pelo qual se constitui o sujeito e o funcionamento das línguas.

Destaco, nesta parte inicial, que, para este artigo, antes de apresentar os resultados da pesquisa, espero instigar proposições, da mesma maneira como aconteceu comigo no decorrer da escrita da dissertação. Entendo que, desde o instante em que há uma inscrição, há, por conseguinte, uma seleção, uma rasura, uma exclusão, uma censura, o que acaba por resultar em um efeito de finitude, marcado pelo não dito, pelo silêncio e pelo que poderá vir a ser dito.

Proponho o efeito de finitude, considerando que “não há nem um agente onipotente na origem e nem um poder institucional todo poderoso no fim” (ORLANDI, 1998, p. 17). Assim, no ponto final, que determina um fim, conforme prerrogativa da instituição acadêmica, concebemos algo que permite uma continuação. Em outras palavras: no instante em que se apresenta o pretense encerramento, há, ainda, uma permanência do trabalho da interpretação, dado pelo conjunto da obra em sua relação com a exterioridade. Nesse viés, o efeito de finitude permite observar o espaço dado pelo que a escrita significa e pelo que ela pode vir a significar, abrindo a possibilidade de, por um processo de ruminação, isto é, por um movimento no qual impera um repassar sob constante atenção, conforme nos esclarece Fenoglio (2013), havendo, então, a possibilidade de uma (re)tomada do que foi deixado para trás, alterado ou até mesmo não abarcado,

Na busca desse efeito de finitude, já que, como acertadamente disse minha orientadora, “terminar também é um gesto de coragem”, acredito que produzi, por meio do dispositivo teórico da Análise do Discurso e pela perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas, um possível gesto de interpretação oportunizado pelo processo de ruminação. Ressalto que se trata de um gesto possível dentre os muitos aceitáveis, pois nem

todos são passíveis de comparecer. Registro assim um gesto que, de acordo com Pêcheux (1969), delimita um movimento simbólico intervindo no real para significar o mundo. Desse modo, sublinho que os sentidos se constituem por um processo, sendo que “o sentido nunca é individual, nem tampouco apresenta-se como já produzido” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p.193). Ainda, ele não se mostra particular de um sujeito e nem inédito; é então compartilhado na memória e na repetição histórica, as quais estabilizam e movimentam os sentidos, produzindo outros/novos gestos de interpretação que poderão vir a comparecer a partir dessa leitura.

Cabe salientar que esse gesto de interpretação – em que a interpretação seria como um lugar capaz de nos explicitar a implicação entre ideologia e inconsciente, tendo como base material a língua (Orlandi, 2001) – encontra-se alicerçado em dois campos da produção do conhecimento: Histórias das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso Francesa. A primeira se coloca como o campo do saber que nos permite realizar um estudo da história da constituição linguística do Brasil; a segunda demanda um olhar sobre o processo discursivo e possibilita mover noções que permitem contemplar o funcionamento da língua, da história e do sujeito. Apresentamos, portanto, em nosso trabalho, uma articulação entre as teorias da Análise de Discurso Francesa, que se desenvolve numa perspectiva política, com Michel Pêcheux, investigando a língua, a história e o sujeito, e da História das Ideias Linguísticas, que se caracteriza por tecer uma abordagem da História dos Estudos da Linguagem, cujo escopo é, principalmente, descrever e interpretar os processos de gramatização.

Diante dessas colocações, levanto que, para este trabalho, o que me move ainda é a ortografia, proposta como (orto)grafia, significada na sociedade por meio das tomadas de posição do sujeito, bem como considerada na possibilidade

de compreensão desse mesmo sujeito quando fala e escreve em relação a outros sujeitos, à língua e à história. Assim, interesse-me em observar não só a (orto)grafia como um modo de significar na sociedade, mas também como ela significa nessa sociedade para os sujeitos no imaginário envolto no dizer sobre a ortografia.

A (orto)grafia

A noção de ortografia segue o estabelecimento de uma escrita regulada pela norma, dada pelo Estado, o que leva à imposição de somente se ter um determinado modo de ortografar como ato autorizado. Tem-se, portanto, a tentativa de apagamento do deslize, da deriva, do deslocamento, situações essas que, quando comparecem, culminam na compreensão de um “erro”. Para nós, no entanto, esse erro é considerado como um lugar do equívoco na/da língua, posto não somente na pronúncia — ao observarmos na fala elaborações como: *pobrema*, *mendingo*—, mas, especialmente, na escrita.

Como ilustração do que digo, menciono, como exemplo, a ortografia de meu sobrenome, Schwuchow, que, pelo efeito metafórico, produz outro/novo sentido tanto na oralidade com na escrita. No oral, o deslize para outro/novo sentido se mostra mais aceitável, pois, conforme Orlandi (1996), quem fala não precisa da legitimação da autoria para atestar o dizer. Então, no embate de duas línguas, por vezes, a palavra/o sentido outro/o novo sentido manifesta-se pelo riso, quando encontramos produções como: *chauchau*, *chuchu*. Sobre esse tópico, Bergson (2001) afirma que o riso suspende o normal e o sério, ele surge diante de uma alteração ou diante do escape do esperado.

Diferentemente, no caso específico de meu sobrenome, observo que, na escrita, não se produz o efeito metafórico a repercutir no riso; teríamos, antes, a manifestação de um impasse do sujeito diante da seleção e da disposição das letras.

Segundo Authier (1998), isso ocorre pela presença de um Outro no dizer do sujeito, mesmo sendo esse Outro uma outra língua. Nesse exemplo, a ortografia tem um funcionamento específico ao recuperar uma língua estrangeira, quando verificamos o confronto entre duas línguas, quando o sujeito, ao se deparar com o estranhamento do modo como as letras estão agrupadas – em sua maioria consoantes – procura resolver ou acomodar essa escrita na Língua Portuguesa. Pela ortografia do sobrenome se instaura uma possibilidade de interpretação da diferença, ou seja, “é o sujeito se trabalhando e sendo trabalhado na sua exposição aos efeitos do simbólico, aí representados por duas línguas” (ORLANDI, 1996, p. 124). Convocado nesse espaço, vemos o deslize que leva ao equívoco como o diferente no interior do mesmo.

Concebemos a ortografia no reconhecimento da presença de outra língua, mas lidamos também com a produção de uma (orto)grafia na “mesma” língua, a portuguesa, que - conforme orienta, em seus estudos, Orlandi (2013) - não se apresenta de modo homogêneo, não sendo, portanto, uma língua considerada como una, mas antes estabelecida em uma heterogeneidade linguística.

Dessa maneira, a produção da (orto)grafia na/da Língua Portuguesa, como parte de uma política de língua, significa socialmente no instante em que, pelo uso, o sujeito constitui-se, o que nos leva a ponderar no/pelo (re)arranjo da ortografia na escrita em posições do sujeito. Assim, podemos dizer que ela surge tanto como individual quanto de modo coletivo: como exemplo da primeira, as construções literárias, ou seja, quando ao autor é conferido um estilo; da segunda, as produções que seguem uma prescrição, destinando-se a manter o caráter oficial, mas se caracterizando como desvio da norma. É oportuno destacar, porém, que ambas decorrem do funcionamento da língua, “com a possibilidade de intervir na língua, com a sistematização de uma mudança na regra que não

pode mais ser, portanto, concebida como desvio” (GADET, 2016, p. 193); assim, somente porque há uma regra é que podemos ter uma quebra/um rompimento, suscitando uma (re)organização que permite produzir outra forma ortográfica para a escrita da palavra.

Como nos lembra Manoel de Barros, “a única língua que estudei com força foi a portuguesa. Estudei com força para poder errá-la ao dente”. O poeta nos faz compreender que, enquanto para uns é autorizado o transgredir, porque são conhecedores da língua, para outros, tal ação aponta para o desconhecimento da língua, porque não imbuídos de tal “poder”. Contudo, nos dois casos, a transgressão sempre repercute em outros efeitos, observada no instante em que avaliamos a linguagem, a memória, a história e a ideologia mobilizadas pelos sujeitos.

De tudo o que foi dito, acentuamos a proposta de uma (orto)grafia como algo que nos permite identificar o movimento de estabilidade e de ruptura com a norma afetando o sujeito. Consideramos que a sua estabilidade serve para assegurar a instituição de uma identidade linguística que poderia se realizar somente pela escrita, ao mesmo tempo em que constitui e instaura relações de poder na sociedade. No entanto, esse “serviço” da ortografia não a exime de sofrer alterações, especialmente quando significa socialmente entre e por sujeitos.

Mas, considerando que escrita e ortografia, embora diferenciadas, implicam uma relação em que a primeira serve de lugar de observação da segunda, passamos a nos questionar: como a ortografia pode ser aí compreendida? Tratamos na dissertação desse relacionamento. Considerando a etimologia latina de *orto*, dada como nascimento, discutimos uma ortografia tomada como o nascimento da escrita, não abarcando, nessa colocação, o estabelecimento de uma cronologia, mas recuperando-a para pensar a historicidade da escrita, no vínculo com a

ortografia. Tecemos, então, uma rede de sentidos, colocando a escrita entrelaçada à fala, à gramática, à escritura, à política e à língua, para, nessa trama, olhar a ortografia. Dentre os diversos fios interligados e discutidos no trabalho, destacamos uma linha para esta apresentação: aquela que concebe a escrita como meio de estudar as regras organizadas na Língua, sendo, por meio desse estudo, que se abre a discussão dos primeiros tratados ortográficos, os quais dão início a um gesto político da/com a ortografia. Verificamos ainda, nas pesquisas que sucedem, o interesse pelo rompimento do elo entre a oralidade e a escrita, instaurando um desacordo em que a pronúncia não dita mais a escrita de uma palavra. O sujeito passa a buscar, além do (re)conhecimento de uma pronúncia para a escrita da palavra, uma memória da forma escrita, seja pelo significado da palavra, seja pelo retorno à palavra primitiva. A escrita seria um meio simbólico tomado, em um primeiro momento, como algo que fixaria a fala, para, em seguida, ser considerada em relação à historicidade da Língua, tendo a ortografia como o modo que reproduziria as convenções.

Abarcamos, então, a proposta de uma (orto)grafia que (re)produz efeitos de sentidos nos sujeitos e em suas produções orais e escritas, considerando a escrita na possibilidade da ortografia, quer seja por permitir a sua observação, quer seja pelo fato de compartilhar de uma política entendida para além de um sistema de contornos constitucionais com dependências de poder. Quanto a esse ponto, cabe acrescentar que, como parte de uma política, a (orto)grafia também instituiria uma determinada separação das ações, semelhante à escrita; como menciona (RANCIÈRE, 1995, p. 8), ela “opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições”, provocando a repartição entre os corpos e os sentidos, sendo os primeiros os corpos, distinguidos conforme seus atributos e seus fins, e os segundos, os sentidos, de acordo com a

divulgação. Por meio dessa reflexão, entendemos que também a (orto)grafia pode se constituir como uma parte da política, pois, ao mesmo tempo em que ela divide os sujeitos, atua na (re)organização da sociedade, estabelecendo uma distinção entre os que seguem a ortografia oficial e os que produzem uma (orto)grafia.

A formulação da noção de ortografia

Após refletirmos acerca do entendimento da (orto)grafia, resta indagarmos: como se formula a noção de ortografia propriamente dita e em funcionamento nos discursos sobre a língua? Para responder a essa nossa questão de pesquisa, constituímos um arquivo dividido em duas partes: a primeira traz textos portugueses que abordam a questão da necessidade de uma normatização para a ortografia, e a segunda traz leis brasileiras que oficializam a ortografia, tornando-a obrigatória.

A partir do arquivo, selecionamos o *corpus*: “Bases da Ortografia Portuguesa”, de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu (1885), texto português que recupera uma discussão não só da ortografia como uma norma, mas, acima de tudo, trata da necessidade de uma reforma ortográfica da/para a Língua Portuguesa, examinando a ortografia no entremeio da ciência e da política, uma vez que se manifesta no texto uma concepção para a noção de ortografia diferenciada.

Composto o arquivo, definido o corpus, delimitado o tema e elaborada a nossa pergunta, passamos a nos dedicar ao levantamento das noções teóricas possíveis de comparecerem nas análises. Assim, na leitura do arquivo e na proposta de análise do corpus, produzimos um gesto de interpretação que mobiliza alguns conceitos; dentre eles, destacamos o de formulação, o qual funcionaria retomando os já-ditos presentes no interdiscurso. De acordo com Courtine (2009), ao já-dito corresponderia a constituição, o qual pode ser representado por um

eixo vertical no qual teríamos todos os dizeres já ditos, ao passo que, para aquilo que está dito, corresponderia a formulação, que estaria no eixo horizontal, configurando os dizeres conforme certa conjuntura. Na análise, compreendemos que, na confluência entre os eixos (vertical, da constituição; horizontal, da formulação) está aquilo que pode/deve ser dito, promovendo um jogo no qual os efeitos de sentidos se constituem. A noção de ortografia é dada, portanto, como sistema de escrita que representa a Língua. Destaco, a seguir, recorte do texto analisado em que comparece a definição de língua:

PRINCÍPIOS JERAIS DE TODA ORTOGRAFIA

1.º Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente.

2.º Como facto social é produto complexo, variável por evolução própria da sociedade cujas relações serve.

3.º A ortografia é o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou duma nação num certo estado de evolução glotológica.

Fonte: Bases da Ortografia Portuguesa (Viana e Abreu, 1885)

Essa definição acaba por inscrever no eixo da formulação um saber que, embora ainda não legitimado pela linearidade do eixo horizontal — uma vez que a premissa para Língua passa a ser referendada com a publicação do Curso de Linguística Geral —, está presente no interdiscurso, no eixo da constituição, pois “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2015, p. 31). Nesse viés, o comparecimento, na horizontalidade de algo do vertical, do interdiscurso, instaura, na formulação para ortografia, uma posição ideológica que a filia em uma Formação Discursiva³, do domínio da ciência.

A propósito, a noção de Formações Discursivas (FD) nos é cara no desenvolvimento deste trabalho, pois, por meio dela, observamos o

³ Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formulação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÉCHEUX, [1975] 2014, p. 147).

atravessamento de saberes “e isto ocorre porque a FD é dotada de fronteiras bastante porosas que permitem a entrada de saberes que lhe eram alheios em um determinado momento” (INDRUSKY, 2007, p. 9). Verificamos a presença, tanto dentro das FDs quanto em suas fronteiras, de regularidades que nos levam a considerar a mobilização de saberes como o da *publicidade e propaganda*, no instante em que o texto analisado aponta para o efeito da persuasão — pelo apelo ao nacionalismo, à Língua, ao ensino e/ou à gramática —, não deixando também de comparecer saberes de outras Formações Discursivas, a saber, da religião, além da político-jurídica, as quais funcionam na produção de um efeito de apagamento da singularidade do sujeito no instante em que a ortografia, assim como a gramática, pretende instituir um lugar individualizante do sujeito, ou seja, um lugar que “procura disciplinar e normalizar sua subjetividade” (HAROCHE, 1992, p. 21). Temos então a inscrição de saberes da ciência, da religião e da *publicidade/*

propaganda, os quais compõem um todo que pretende inaugurar um debate acerca da ortografia como algo capaz de unir a nação portuguesa. Fomentando uma Língua Nacional, pretende-se, pela ortografia, apagar a heterogeneidade da Língua Portuguesa, visto a crescente presença linguística em Portugal, no período, do Galego e da Língua Portuguesa da (ex)colônia Brasil, que iniciava um processo de reflexão resultando na produção⁴ de uma língua diversa da língua imposta pelo colonizador.

Delimito, para este trabalho, a análise da noção de ortografia significada diante da língua, essa relação se apresenta como inaugural em nosso arquivo, pois rompe com as formulações até então inscritas para a noção de ortografia. Tal ruptura configura em nosso entender uma lacuna na memória do arquivo, sendo essa considerada como:

[...] aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantém os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010. p. 9).

A noção de ortografia formulada e publicada em “Bases da Ortografia Portuguesa” rompe com a saturação da memória do arquivo, temos o funcionamento do novo/diferente ressoando no significado dessa noção. Essa passa a ser significada como algo também científico, capaz de suscitar a produção do conhecimento, deixando de ser tomada em referência ao belo e ao correto para estabelecer uma relação com a Língua.

4 Estamos nos referindo ao processo de gramatização da Língua Portuguesa em circulação no Brasil no século XIX, que instaura a legitimação de uma escrita própria do Brasil; a partir desse processo, temos que “a autoria dos gramáticos o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual definidor na direção de se pensar a Língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita” (ORLANDI, 2013, p. 177).

Na inscrição da saturação da noção de ortografia observada pela memória do arquivo podemos remeter ao que propõem Robin (2016) quando pensa a saturação da memória sendo uma relação da origem real e imaginária como uma assombração da autenticidade, isto é, a (re)produção da noção de ortografia observada no arquivo seria como a (re)afirmação, mesmo que imaginária, de uma origem sempre posta que acaba por legitimar tal noção. A inscrição do vínculo com a Língua, como fato social complexo, passível de mutabilidade e imutabilidade, manifesta-se como algo singular e, mesmo considerando a atualidade, ela ainda não é significada nos dizeres para a ortografia, conforme constatamos em consulta aos dicionários⁵ **Caldas Aulete Digital e Dicionário Houaiss Eletrônico**, obras que trazem uma definição para ortografia em que ressoa a memória do arquivo, ou seja, a ortografia significada não só em relação à arte, à gramática, à norma, ao correto, mas também ao erro.

Definição verbete ortografia (Dicionário Caldas Aulete Digital)

s. f. || a parte da gramática que ensina as regras da boa escrita das palavras; arte de escrever com os caracteres e sinais consagrados pelo uso. || Maneira de escrever as palavras: Ortografia viciosa. || (Arquit.) Representação geométrica da elevação ou fachada de um edifício com as suas dimensões normais reduzidas e com as suas partes na verdadeira proporção. || (Geom.) Projeção ortogonal. || Erro de ortografia 1. erro cometido no modo de escrever uma palavra. || Ortografia etimológica 1. o modo de escrever as palavras com as letras fundamentais que elas tinham na língua mãe. || Ortografia fonética 1. ou sônica, o modo de escrever as palavras empregando só as letras que correspondem aos sons. F. gr. Orthographia (escrita correta).

5 Recorremos ao dicionário por reconhecer nele, mais do que um instrumento normativo, uma possibilidade de observação do léxico, sendo compreendido, perante nossa filiação teórica, como um “objeto discursivo” (NUNES, 2001, p. 101), capaz de recuperar “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (NUNES, 2001, p. 101).

Definição verbete ortografia (Dicionário Houaiss)

Substantivo Feminino Datação: 1540

1. Rubrica: ortografia

Conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc.

1.1 Rubrica: ortografia

o estudo dessas regras

2. Rubrica: ortografia

m.q GRAFIA (representação)

3. Rubrica: geometria

m.q PROJEÇÃO ORTOGONAL

4. Rubrica: desenho, arquitetura

Desenho de uma fortificação, objeto ou edifício, com projeção em alçado

Depreendemos então que essa formulação, identificada anteriormente como lacuna, pode ser tratada também como efeito de pré-construído, isso quando o texto, frente às regularidades do arquivo, apresenta-se como um furo na rede de sentidos, permitindo que a ortografia seja contemplada pelo aspecto científico. Teríamos ainda um discurso ausente, que se faz presente pela memória discursiva: no momento em que a relação ortografia-língua é revisitada nas propostas de alterações ortográficas, fala-se em uma mudança na Língua. Em outros termos, o pré-construído, noção proposta por Henry (1969), permite a observação da presença de algo que circula em outro local, ou seja, tal concepção de língua se manifesta no interdiscurso, no eixo da constituição. Por isso, por se inscrever no intradiscurso, eixo da formulação, o pré-construído possibilita então a inscrição de um dito anterior, considerando-se que o discurso está sempre atravessado por outros discursos.

Dessa forma, vemos que a noção de ortografia, formulada no arquivo e em circulação, determina uma escrita regulada pela norma, dada

pelo Estado, o que leva a somente reconhecermos um modo de ortografar como ato autorizado. Tem-se, portanto, a tentativa de apagamento do deslize, da deriva, do deslocamento, os quais, quando ocorrem, culminam na compreensão de um erro. Além disso, a implementação da ortografia, via legislação, cria o efeito de que há um conjunto de formas que passam a ser impregnadas de sentido em determinados grupos sociais, diante das quais o sujeito identifica-se ou pela inclusão ou pela exclusão, uma vez que são elas que passam a ser o padrão da língua oficial escrita. É certo que todo sujeito está submetido a um processo de identificação com a língua: ele se constitui ao mesmo tempo que constitui a língua. Mas, pela relação com a ortografia — que integra uma política de língua capaz de determinar uma forma para a escrita —, é decretado por lei um único modo de acesso à língua escrita, a qual passa a ser difundida nos lugares de representação dos saberes, em especial, nos instrumentos linguísticos e na escola, sendo também legitimada quando da produção do conhecimento.

Por um efeito de finitude

Dissertar sobre o tema da ortografia mostrou-se como algo duro para mim — resgatando a etimologia grega da palavra. Diante do difícil, do complicado, resistimos, até que os sentidos comecem a fazer sentido. Por isso, afirmo que apresento um gesto de interpretação construído a partir da minha relação com a língua e com a história no contato com a exterioridade. Em razão disso, não posso deixar de mencionar minha posição na/para a produção deste discurso, dado, inicialmente, pela posição de pesquisadora que vê o funcionamento da ortografia por meio das relações que a ela são conferidas em obras literárias, documentos legais e artigos/livros científicos, isto é, por toda uma investigação teórica do tema. Contudo, no decorrer da pesquisa, assumo a

posição de professora de Língua Portuguesa em escola de educação básica, lecionando no ensino fundamental, a ortografia agora é conteúdo, é parte integrante da grade curricular e deve ser “ensinada” aos alunos.

Para mim, acreditando que tal conflito se dê, da mesma forma, para aqueles que compartilham dessas posições, ser analista de discurso e ser também professora de Língua Portuguesa, cumpre questionarmos como as correções e as interferências exigidas pela norma afetam a autoria na produção dos textos. Particularmente, em meu caso, atento para como a produção da ortografia pode nos dizer do sujeito que a mobiliza, fazendo ressoar não somente sentidos outros/novos tanto na escrita quanto na oralidade, como também consegue resgatar a divisão social do trabalho da leitura e da escrita. Para melhor explicar essa divisão, relato uma aula em que propus aos alunos o estudo da ortografia: solicitei que fizessem um levantamento, no bairro em que moravam, de cartazes, faixas e placas nos quais comparecesse um modo diferente do oficial na grafia de palavras. Prontamente, um aluno me respondeu: “Ah, deixa *os cara*, pra que ficar zoando eles?”. Esclareci que minha proposta não seria somente a de corrigir, mas sobretudo de tentarmos observar como aquela escrita ortográfica foi produzida. Nessa resposta do aluno, levanto duas considerações: a primeira é que ele ilusoriamente se distancia daqueles que redigem de outro modo; ele, de repente, por estar na escola, não ortografaria do mesmo modo, pois, uma vez respaldado pela instituição, entende que tem outra relação com a língua e, conseqüentemente, está apto a reproduzir a escrita ortográfica da norma; a segunda é que ele se identifica também com o sujeito da rua. O sujeito da escola lê com ou sem a correção ortográfica, ou seja, ele “acessa” aquela escrita; então, não haveria problemas em redigir em uma forma ou em outra dada palavra, pois ele também

a compreende. Estamos diante de um sujeito da escola, ao qual é imposta uma unidade: em nosso caso, essa pretensa unidade desponta por meio da ortografia, cujas formas de mobilização na/pela escrita vêm legitimada pelo Estado, ou melhor, pela Política de Língua regulada pelo Estado — os Acordos Ortográficos. Assim, o sujeito da escola, ao escrever, reproduz o ideal imaginário de Língua ao mesmo tempo em que faz operar o poder do Estado.

O sujeito da escolarização é uma unidade submetida a uma divisão que é determinada pela falta: a divisão de um único e mesmo sujeito por uma barreira invisível — linguística e política — que se entrelaça com as fronteiras econômicas visíveis que marcam os pontos de acesso aos bens e serviços distribuídos pelo Estado (SILVA, 1996, p. 150).

Nesses termos, a ortografia, então considerada como um objeto simbólico que significa para/por sujeitos, possibilita a compreensão de uma divisão não somente dos sujeitos, mas também da língua, isso quando, nas produções orais e escritas, o sujeito oscila entre uma ortografia promulgada pelo Estado e uma ortografia que se atualiza, tomada como produto social de sua relação com a língua — casos em que a língua fluida e a língua imaginária são observadas: a língua fluida enquanto “a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas” (ORLANDI, 2009, p.18), e a língua imaginária, ou “as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em suas unidades e variações” (ORLANDI & SOUZA, 1988, p. 28). No gesto que supomos, a (orto)grafia traz os dois funcionamentos de língua, uma vez que segue a ideia de uma homogeneidade ao prever uma forma padrão para a grafia, em uma abertura para a perspectiva de que a escrita das palavras está propensa à subjetividade dos sujeitos, às diferentes práticas sociais em determinados grupos, instante em que deliberamos uma (orto)

grafia. Assim, dizemos que, mais do que um mecanismo da legitimação de controle da língua pelo Estado, a ortografia produz sentidos quando mobilizada por sujeitos. Afetando as relações na sociedade, ela atua como uma forma simbólica que intervém no real significando o mundo.

Sobre o tema (orto)grafia, há ainda mais para ser compreendido e questionado, as inquietações dadas pela observação da ortografia no jogo do funcionamento das línguas fluida e

imaginária seguem a nos interpelar. Indagamos e problematizamos a produção de uma (orto)grafia não somente nas práticas orais e textuais de alunos, mas também na sua mobilização social, como no caso desta elaboração da (orto)grafia no nome da loja de roupas⁶, recolhida na praia do Magistério, litoral norte Gaúcho.

⁶ A imagem está também reproduzida na dissertação, espaço em que tecemos mais um gesto de interpretação.



Deixo tal imagem e seus ditos como provocação para gerar um processo de ruminação acerca do funcionamento da (orto)grafia na língua, a afetar sujeitos e a intervir na sociedade. Como ponto de partida para a ruminação, nesse efeito de fim exigido pelo artigo, podemos considerar o sujeito diante da presença de outra Língua e a inscrição dessa na (sua) Língua, como que naturalizando o embate entre as Línguas, pela ortografia da palavra.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas. As não-coincidências do dizer*. Tradução revisora técnica: EniOrlandi. Campinas: Editora da UNICAMP;1998.

BERGSON, H. *O Riso. Ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo. Petrópolis. Vozes. 1996.

COURTINE, J. *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Cristina Campos Velho. São Carlos: Ed EDUSFCAR, 2009.

- FENOGLIO, I. *Manuscritos de Linguística e Genética Textual*: quais os desafios para as ciências da linguagem?: exemplo através dos “papers” de Benveniste. Tradução Simone de Mello de Oliveira, Verli Petri da Silveira, Zélia Maria Viana Paim. Série Cogitare. Santa Maria, UFSM, PPGL-Editores, 2013
- LEANDRO FERREIRA, M. C. *O caráter singular da língua no discurso*. Revista Organon v. 18 n 35, 2ª reimpressão, 2003.
- GADET, F. Trapacear a língua; In: *Materialidades Discursivas*. CONEIN, B, et al (Orgs.), Campinas: UNICAMP, 2016, p. 185- 200.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni P.Orlandi. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1969.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: _____ e LEANDRO FERREIRA, M. C. *Análise do discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.163-172.
- NUNES, J H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, E. (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. 2001. p. 101-109.
- ORLANDI, P, E; SOUZA, T, C, C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. Orlandi, E. (Org). In: *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988, p. 27- 40
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes. 1996.
- _____. Ética e Política Linguística. Revista Línguas e instrumentos linguísticos. v. 11, 1998, p. 07-16.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- _____. *A contrapelo: inclusão teórica na tecnologia – discurso, eletrônica, escola, cidade*. Revista Rua, n16, v2, Campinas. 2010.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1969.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1975.
- RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- ROBIN, R. A. *Memória Saturada*. Tradução Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- SILVA, V, M. O dicionário e o processo de identificação do sujeito. In.: *Língua e Cidadania*. Eduardo Guimarães e EniOrlandi (Orgs), Campinas, SP: Pontes, 1996.

Dicionários consultados:

CALDAS AULETE, F, J. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Lexikon. 1985.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2009, em CD.

Submissão: 01 de março de 2019.

Aceite: 15 de abril de 2019.